

CLAIRE OF THE SEA LIGHT, DE EDWIDGE DANTICAT: UMA PROPOSTA DESCOLONIZADA PARA O ENSINO DE LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA

*CLAIRE OF THE SEA LIGHT, BY
EDWIDGE DANTICAT: A DECOLONIZED
PROPOSAL FOR THE TEACHING OF
ENGLISH LITERATURES*

Ana Flávia de Moraes Faria Oliveira 1

Resumo: O romance *Claire of the sea light* de Edwidge Danticat, publicado em 2013, três anos após o terremoto no Haiti (12 de janeiro de 2010), que vitimou mais de 200 mil pessoas, problematiza as relações de colonialidade e o silêncio coletivo de uma pequena vila de pescadores assolada pela violência, corrupção, criminalidade, disparidade social e desigualdades entre os gêneros masculino e feminino. Este trabalho objetiva revelar que o estudo dessas relações de colonialidade representadas na narrativa pode funcionar como uma proposta descolonizada para o ensino de literaturas de língua inglesa, por fomentar discussões sobre os temas, viabilizando a emancipação crítica e intelectual dos indivíduos. Para isso, lançaremos mão de teorias da pós-colonialidade e da decolonialidade.

Palavras-chave: literatura haitiana; relações de colonialidade; Edwidge Danticat

Abstract: Edwidge Danticat's novel "Claire of the Sea Light", published in 2013, three years after the earthquake in Haiti (January 12, 2010), which killed more than 200,000 people, problematizes the coloniality relations and the collective silence of a small fishing village plagued by violence, corruption, crime, social disparity and gender inequalities between men and women. This paper aims to reveal that the study of these relations of coloniality represented in the narrative can act as a decolonized proposal for the teaching of English Literatures for fomenting discussions on the themes, enabling the critical and intellectual emancipation of individuals. To do so, we will use postcoloniality and decoloniality theories.

Keywords: Haitian literature; Coloniality relations; Edwidge Danticat

Mestra em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL- UFMT). Membro do grupo de Pesquisa Literaturas Africanas e Afrodescendentes de Língua Inglesa na Diáspora (LAALID). Doutoranda em Estudos Literários pelo PPGEL-UFMT, com bolsa CAPES/FAPEMAT. E-mail: anaflaviamt@gmail.com.

Introdução

Jeane Santos (2017) adverte que, embora o discurso oficial do Brasil apregoe a igualdade, o que se observa é a prática de ensino centralizada na valorização da cultura europeia distante de nossa realidade. Ela entende que a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil, deveria se tratar

de uma ação política, com agudas implicações nas relações perpassadas no cotidiano escolar, na formação de professores e, ainda, na autoestima dos alunos afrodescendentes que se veriam representados na literatura, nas artes e na história de forma positiva, caminhando no sentido de compensar prejuízos/danos sedimentados em nossa história (SANTOS, 2017, p. 124).

Para Santos, a lei mexeu não apenas com a estrutura das escolas de ensino básico, mas também nas instituições de ensino superior, pois elas estão incumbidas de difundir ações para o cumprimento da lei, no sentido de direcionar o olhar para a diversidade étnica brasileira ainda pouco debatida na academia. Nesse processo, Santos ressalta o importante papel do corpo docente, isto é, o de preparar docentes e professores para o desenvolvimento de aulas que envolvam a referida lei.

Uma pesquisa feita por Rodrigo de Jesus e Nilma Gomes (2013), realizada no interior de escolas públicas brasileiras, revela que as atividades, para instituição da Lei nº 10.639/03, têm sido desenvolvidas em meio a contradições de ordem administrativo-burocrática e étnico-teórico-metodológica. Nesse sentido, os autores declaram que

tais distorções se devem mais à permanência de representações sociais estereotipadas sobre o continente africano e sobre os afro-brasileiros no interior da sociedade brasileira e dos currículos escolares, do que à ausência de referenciais teóricos e didáticos sobre a temática (JESUS & GOMES, 2013, p. 82).

Diante dessa situação, entendemos que a deficitária inclusão dessa política de reparação está imbricada na maneira deturpada de como conhecemos e na desvalorização que damos às culturas africanas e afrodescendentes.

No tocante ao ensino de literaturas de língua inglesa nas instituições de ensino superior do Brasil, nota-se a ausência de obras literárias de autores oriundos da África ou afrodescendentes. Décio Cruz (2016) argumenta que uma prática muito comum no país é o estudo acadêmico das culturas e literaturas de língua inglesa se pautar na abordagem das literaturas de povos hegemônicos e enfatizar sempre as tradições inglesas e norte-americanas em detrimento da produção cultural de povos anglófonos que se encontram à margem do processo de desenvolvimento econômico. Apontando o isolamento dessas literaturas, Cruz afirma que os estudos dessas obras são quase inexistentes nos cursos de graduação das universidades brasileiras, e defende que esse fato requer uma revisão.

Divanize Carbonieri (2016), em sua prática docente como professora de literaturas de língua inglesa nos cursos de letras do país, também constata nos currículos a predominância de obras literárias consideradas canônicas da literatura inglesa e norte-americana, e, mais incisivamente, advoga que:

A sala de aula de literaturas de língua inglesa pode ser um local de discussão de inúmeros tópicos que são importantes para a formação e a prática docente, mesmo nos níveis fundamentais e médio. Mas para isso, talvez seja necessário repensar os modos como essas disciplinas são abordadas nas licenciaturas brasileiras. Talvez possamos pensar menos em termos de movimentos literários e tendências críticas e mais em termos de questões contemporâneas, como raça, etnia, cultura, gênero, cidadania, opressão, resistência. Ao invés do estudo sistemático do cânone (decidido por quem e para

quem?), a sala de aula de literaturas de língua inglesa talvez possa se constituir num significativo espaço para a experiência da diferença e da alteridade e para o questionamento de quaisquer hierarquizações culturais e sociais (CARBONIERI, 2016, p. 122).

Em conformidade com Carbonieri, Santos discute que a literatura se constitui como uma importante experiência do ser humano porque ela proporciona ao indivíduo um novo modo de perceber a si mesmo e o mundo a sua volta e desperta um olhar mais crítico e consciente. Pensando na aplicação da lei, a autora acredita que o trabalho com textos literários voltados para uma abordagem positiva da cultura negra poderá ser um caminho para a desconstrução de imagens negativas e estigmatizadas construídas em torno da população negra.

Santos reconhece que os valores transmitidos na escola permanecem centrados numa visão eurocêntrica, prevalecendo a supervalorização da cultura europeia em detrimentos das demais e isso reforça os estereótipos racistas ao estimular, no alunado negro, o complexo de inferioridade e, no alunado branco, o de superioridade. Sendo a universidade o espaço responsável pela produção crítica de conhecimento, cabe a nós, pesquisadores da área dos estudos de linguagem, o compromisso de oferecer esse subsídio para a comunidade educadora de todos os níveis. É o que este trabalho tenta fazer, mostrando que o estudo de um romance pertencente à literatura haitiana nos possibilita enxergar as diferentes maneiras de hierarquizações de uma sociedade que passou pela experiência colonial, enquanto que contribui para a instituição da Lei. Então, apresentamos, inicialmente, uma breve discussão sobre o conceito de colonialidade e, em seguida, ilustramos nossa proposta, com o intuito de dar visibilidade à literatura caribenha de língua inglesa ainda pouco difundida no Brasil.

Colonialidade do poder e do saber: a literatura haitiana

O termo colonialidade do poder foi elaborado inicialmente por Aníbal Quijano (2005) para abordar o quadro histórico de desigualdades na América Latina. Esse conceito se constitui juntamente com o capitalismo moderno/colonial, que teve início com a conquista da América. A partir daí o sistema-mundo moderno/colonial deu origem a um novo padrão de poder mundial pautado na ideia de raça. Dessa forma, a população da América e, mais tarde, do mundo foi classificada nesse novo padrão de poder. Quijano explica que a formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas – índios, negros, mestiços – e a redefinição de outras – europeus – que foram associados às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação.

Walter Mignolo (2007), por sua vez, nos explica que a noção de colonialidade carrega consigo a ideia de colonização e colonialismo, ou seja, a dominação de umas nações sobre outras e que se refere a períodos históricos específicos. Para ele, a colonialidade é mais complexa, pois denota a estrutura lógica do domínio colonial que subjaz o controle das metrópoles ou impérios e chama atenção para o fato de que a colonialidade “consiste em desvelar a lógica encoberta que impõe o controle, a dominação e a exploração, uma lógica oculta atrás de um discurso de salvação, de progresso, da modernização e do bem comum” (MIGNILO, 2007, p. 32, tradução nossa). Em outras palavras, o autor explica que o processo de desvelar a colonialidade se refere a uma escavação da identificação de processos implícitos.

Corroborando com a noção, Ramón Grosfoguel (2005) defende a ideia de que a colonialidade do poder nos permite enxergar a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Ele também afirma que ela tem uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade. Tal conceito é o ponto de partida que escolhemos para entender o padrão de dominação tanto no âmbito interestadual (sistema-mundo), quanto no âmbito nacional, já que a presença da colonialidade do poder é evidente no Haiti, assim como nos demais países da América Latina.

Em *As veias abertas da América Latina* (2015 -1978), o uruguaio Eduardo Galeano procura mostrar o sistema de exploração do imperialismo e sua nova configuração nos dias atuais, enfatizando

que a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Em seu estudo, Galeano ilustra, principalmente nos aspectos econômicos, a questão histórica colonial e pós-colonial dos países da América Latina e Caribe, através de um diálogo entre o passado e o presente, e ressalta a condição de subalternidade do Haiti, levando-nos a afirmar que, embora o país tenha sido a primeira nação de escravos a se libertar do colonialismo (1804), ainda não se libertou da colonialidade.

Quijano observa que o levante no Haiti, com a expulsão do exército francês, resultou numa revolução nacional, social e racial, ou seja, uma descolonização real e global do poder. No entanto, essa ação foi efêmera, pois Eurídice Figueiredo (2010), citando Laënnec Hurbon (1988), nos informa que os escravos líderes da revolução, amedrontados em perder o poder, se viram na necessidade de se tornarem presidentes vitalícios ou de se proclamarem imperadores. Além disso, Figueiredo ainda aponta as repetidas intervenções militares de outros países, dentre elas a autora destaca as intervenções da França, antiga metrópole, e dos Estados Unidos – país que já havia ocupado o Haiti por quase 20 anos (1915 -1934) e, mais recentemente, a intervenção da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), com a participação do exército brasileiro, em 2004, ano que o país comemorava o bicentenário de sua independência. Referente a essa realidade, Quijano entende que

o processo de independência dos Estados na América Latina (e Caribe) sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005, pp. 123-124).

Conforme bem argumenta Quijano, a colonialidade do poder se manifesta além de esferas econômicas, políticas e sociais, afirmando que a Europa, em sua condição de centro do capitalismo, também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, cultura e, em especial, de conhecimento e da produção de conhecimento, resultando na colonialidade do saber. Dessa forma, ele esclarece que colonialidade não se restringe à dominação econômica, política e cultural de um povo, mas abrange a impossibilidade desse povo produzir conhecimento. Bem sabemos que, no Haiti, esse controle, inicialmente, era liderado pela Europa, com o imperialismo francês, mas, recentemente, camuflado num projeto civilizador, os EUA, desde a sua primeira invasão no Haiti, têm mantido o controle sobre o país.

Everaldo Andrade (2016) se esforça em mostrar o impacto negativo da primeira intervenção dos EUA no Haiti e seus desdobramentos na sociedade, afirmando que a ocupação foi responsável pela extinção do exército nacional haitiano, e deu surgimento ao governo totalitário no país. Andrade se concentra em demonstrar os interesses geopolíticos e econômicos dos EUA, no entanto, não deixa de mencionar os impactos na cultura e religião do país. Para ele, as questões culturais e religiosas da forma como eram interpretadas pelos EUA serviram para justificar a ocupação. Sendo assim, afirmações pejorativas dos marines sobre o povo haitiano eram frequentes naquele período. Todavia, a reação da população às manifestações racistas é o que se pode apontar de positivo dessa ação, conforme relata Andrade:

O racismo dos militares estadunidenses contra os negros acabou por fortalecer um novo movimento com características de resistência nacional e anti-imperialista que buscava referenciais culturais alternativas e se aproximava da África negra em sua busca por atitudes, valores e modelos na via de uma consciência e perspectiva independente para a nação haitiana. Inicialmente, esse movimento foi chamado de “indigenismo” (ANDRADE, 2016, p. 185).

De acordo com Figueiredo, o movimento *Revue Indigène* (1927), foi criado por jovens mulatos e passou a valorizar no Haiti tudo aquilo que antes era descartado. Dessa forma, houve uma aproximação com as origens africanas da nação, onde “a língua crioula, a religião vodu, os costumes e tradições populares, a pele escura em suas diferentes tonalidades, passavam a assumir

novos significados” (ABBOTT, 1988, *apud* ANDRADE, 2016, p. 190.) Roger Gaillard (1993) entende o movimento “indigenismo [como] a vontade dos artistas de se inspirar (quanto aos temas e à forma) nos costumes, nos valores (da música, religião e dança) que pertencem à vida, a cultura nacional” (GILLARD, 1993, *apud* FIGUEIREDO, 2014, p. 58). Para Andrade, o movimento impactou o país profundamente, pois a população começou a se conscientizar de que nenhuma cultura era superior. Ele afirma que “o indigenismo como tal não tinha um programa político, mas envolveu intelectuais de diferentes concepções políticas incluindo alguns socialistas” (TROUILLOT, 1990, *apud* ANDRADE, 2016, p. 190).

Figueiredo afirma que “a literatura (haitiana) procura exprimir a alma nacional através dos discursos que se impunham, o discurso da raça e a rememoração da revolta de 1804” (FIGUEIREDO, 2010, p. 55), através de uma tomada de consciência de escritores no sentido de incorporar a cultura popular até então marginalizada. Para ela, a literatura haitiana é sobretudo a da diáspora, pois, desde a ditadura duvalierista, a maioria dos escritores haitianos se encontra no exterior devido às condições sociais, econômicas e políticas do país. Dentre outros, Figueiredo destaca Edwidge Danticat, refugiada política que vive em Miami, nos Estados Unidos e, embora seja oriunda de um país francófono, escreve em inglês. A fim de resistir à violência epistêmica, a autora suscita em suas obras questões políticas, sociais e nacionais, resgatando as tradições e a cultura do Haiti. É atualmente uma das vozes mais expressivas da diáspora e faz parte de uma gama de vozes subalternas e feministas que contribuem para a descolonização de epistemologias e do cânone ocidental.

Desde a publicação de sua primeira obra, o romance *Breath, eyes, memory* (1994), a autora foi aclamada pela crítica como uma das mais talentosas jovens escritoras negras da sua geração. Talento que anos mais tarde foi reconhecido com importantes premiações como o *American Book Award* (1999), com o romance *The farming of bones* (1998); o *National Book Critics Circle Award* (2007), com a autobiografia *Brother, I’m dying* (2007); *Bocas Prize for Caribbean Literature* (2011), com a coletânea de ensaios *Create dangerously: the immigrant artist at work* (2010); o *Andrew Carnegie Medal* (2014), com o romance *Claire of the sea light* (2013); e, mais recentemente, o *Neustadt International Prize for Literature* (2018), dentre outros. Sua escrita transita entre histórias ficcionais e não ficcionais, elucidando questões de gênero, raça, classe e nacionalidade. Kátia Santos (2008), sinaliza o caráter ativista das produções de Danticat com a publicação de *Brother, I’m dying* (2007), na qual a autora relata a saga de sua família no Haiti e nos EUA, e a morte do tio que a criou, quando em poder da polícia de imigração em Miami.

Claire of the sea light, por sua vez, em contramão aos paradigmas eurocêtricos hegemônicos, coloca uma lente de aumento nas relações de colonialidade no seio da sociedade do Haiti, e trata da cultura haitiana nos aspectos formais e temáticos – com a inserção do crioulo e do realismo mágico. Nessa obra, a autora problematiza as graves consequências do silêncio individual e coletivo de uma sociedade castigada pela violência, corrupção, criminalidade, disparidade social e desigualdades entre os gêneros masculino e feminino. Nosso trabalho, como veremos, se ateve na análise das relações de colonialidade, já que se preocupa em fomentar a discussão das diferentes maneiras de hierarquizações.

Relações de colonialidade em *Claire of the sea light*

Conforme abordado anteriormente, as relações de colonialidade nas esferas econômica, política e cultural no Haiti não findaram com a destruição do colonialismo. Em *Claire of the sea light*, Danticat representa com maestria essa continuidade, através de uma narrativa fragmentada, com diferentes histórias que aparecem interconectadas.

O romance é dividido em duas partes, somando um total de oito capítulos. No capítulo inicial intitulado “Claire of the sea light”, é narrada a história de Claire, uma garota pobre, cuja mãe morreu no seu nascimento. Seu pai, o pescador Nozias, já há alguns anos vinha tentando convencer Madame Gaëlle a adotar Claire para que pudesse partir de Ville Rose em busca de melhores oportunidades. Quando finalmente a senhora aceita adotar a criança, ela desaparece. Somente sabemos o que acontece com a garota no capítulo final, em “Claire de lune”. A medida que a comunidade se mobiliza à procura da garota, uma série de segredos dolorosos são revelados. Dessa forma, entre a história inicial, com o desaparecimento da garota e seu reaparecimento no

final, são apresentadas narrativas de outros personagens de Ville Rose e região: a história de Gaëlle, uma empresária bem sucedida que vinga a morte do marido, fazendo justiça com as próprias mãos; a trágica história de Bernard Dorien com sua boa intenção em colocar paz entre as gangues da favela Cité Pendue; a história de Max Junior, um rapaz influente que comete um crime contra Flore Voltaire, uma empregada da família; e a história de Louise George, uma apresentadora de rádio popular que dá voz à população da região por meio de seu programa de entrevistas. Sendo assim, podemos dizer que as histórias interconectadas que compõem o romance são diferentes vozes que a autora cria para que diferentes colonialidades sejam problematizadas.

Logo no capítulo inicial podemos enxergar a presença da colonialidade do poder que se manifesta por meio da estratificação social no Haiti. Nele, Danticat faz um panorama das desigualdades social e econômica, enfatizando que o poder aquisitivo estava concentrado na mão de uma minoria, com uma divisão desigual de trabalho:

Ville Rose era o lar de cerca de onze mil pessoas, cinco por cento delas ricas ou com condições de vida confortável. O restante era pobre, alguns miseráveis. Muitos não trabalhavam, mas alguns eram fazendeiros ou pescadores (alguns ambos) ou trabalhadores temporários de cana-de-açúcar (DANTICAT, 2014, p. 5, tradução nossa).¹

O excerto apresenta, ainda que superficialmente, as diferenças sociais polarizadas. Ao longo da narrativa, essas desigualdades são mais detalhadas, pois a autora mostra que em Ville Rose, enquanto a maioria da população vivia em barracos com condições precárias, uma minoria branca gozava de um padrão de vida elevado, habitando regiões mais privilegiadas da cidade, em casas de dois andares ou em mansões. Esse padrão de poder coloca em evidência a não superação de uma hierarquia racial constituída ainda no período colonial.

No terceiro capítulo intitulado *Ghosts* (fantasmas), a autora aborda a violência da favela Cité Pendue, que ceifava vidas de jovens tanto membros das gangues, quanto de pessoas inocentes. A micronarrativa retrata a história de Bernard Dorien, um jovem jornalista *freelancer* que escrevia notícias para o Rádio Zòrèy, a única estação de rádio em Ville Rose. Vendo nesse veículo de comunicação a oportunidade de se “tornar um tipo de jornalista de rádio o qual preferiria chamar o ‘gueto’ a partir do gueto” (DANTICAT, 2015, p. 68, tradução nossa),² ele almejava poder dar voz aos grupos marginalizados de Cité Pondue, sobretudo às gangues, com o intuito de estabelecer a paz, diminuindo, assim o número de vítimas no local. Sua iniciativa, porém, resultou numa grande tragédia, pois semanas após expor sua ideia, uma dezena de homens da Força Especial levaram Bernard preso porque ele foi apontado como o autor intelectual de um tiroteio, na estação de rádio Zòrèy, que resultou na morte do empresário e patrocinador da rádio, Laurent Lavaud. Bernard é levado para prisão com “seu pai gritando que uma injustiça estava acontecendo” (DANTICAT, 2014, p. 74, tradução nossa).³ Aprisionado, o personagem foi torturado durante seu interrogatório, tendo seus olhos vendados e sendo impiedosamente espancado. Após ter sido liberado da prisão, Bernard foi brutalmente silenciado:

Na manhã seguinte, Bernard Dorien foi encontrado morto na cama de seu quarto vermelho. Ele tinha sido assassinado da mesma forma que Laurent Lavaud, o proprietário da loja de tecidos, com três balas precisas, e, no caso de Bernard, silenciosamente, administradas ao seu coração (DANTICAT, 2014, p. 84).⁴

1 Ville Rose was home to about eleven Thousand people, five percent of them wealthy or comfortable. The rest were poor, some dirt-poor. Many were out of work, but some farmers or fishermen (some both) or seasonal sugarcane workers.

2 [...] becoming the kind of radio journalist who'd talk about what he preferred to call a 'geto' from the inside.

3 [...] his father shouted that an injustice was taking place.

4 The next morning, Bernard Dorien was found dead in the bed of his red bedroom. He had been murdered in the same way that Laurent Lavaud, the owner of the fabric shop had, with three bullets expertly, and, in Bernard's case, silently, administered to his heart.

Conforme ilustrou o excerto, a ideia de Bernard em estabelecer a paz entre as gangues lhe custou a própria vida, isso porque em Ville Rose os membros das gangues eram ligados aos grandes empresários e políticos, que recebiam armas para implantar o terror na comunidade, ou seja, uma violência forjada e administrada pela elite haitiana e respalda pela polícia. Prática recorrente durante a ditadura duvalierista, na qual a força paramilitar intimidava jornalistas e escritores e a população em geral com perseguições, sequestros e execuções, muitas vezes em praça pública. Dessa forma, por meio dessa narrativa, a autora trata da continuidade do colonialismo que ainda se manifesta em bases institucionais no Haiti.

Além de problematizar a questão da violência e corrupção por parte de autoridades locais, fazendo referência ao governo totalitário dos Duvaliers, Danticat questiona o próprio espaço onde se passa a narrativa:

Cité Pendue - vinte e oito milhas de Porto Príncipe e oito milhas do centro de Ville Rose - era na verdade apenas uma favela de nível médio. Afinal, ela tinha poucas igrejas protestantes, muitos templos de vodu, alguns restaurantes e padarias. (DANTICAT, 2014, p. 64, tradução nossa).⁵

Conforme mostra o trecho, Cité Pendue era uma favela comum com pequenos estabelecimentos comerciais e templos religiosos, perfil bastante similar com as favelas do Brasil. Em "*Graceland e Cidade de Deus: subvertendo a colonialidade nas favelas de Lagos e Rio de Janeiro*", Divanize Carbonieri (2015), analisa dois romances do nigeriano Chris Abani e do brasileiro Paulo Lins, e mostra que, em ambas as narrativas, centradas em jovens negros, é interrogada a colonialidade em que espaços afrodiáspóricos como Nigéria e Brasil ainda estão inseridos. Estabelecendo uma comparação entre as obras, Carbonieri conclui que as favelas constituem o cronotopo pós-colonial em que se estabelecem as narrativas de indagação à colonialidade dos dias atuais. A autora aponta que, no caso do romance *Cidade de Deus*, em que Lins traz a marginalidade para o centro da narrativa, concentrando quase que exclusivamente a ação na favela, o autor está questionando a colonialidade do que também se estabelece na literatura. Danticat, semelhantemente a Lins, apresenta o referido capítulo em uma favela no Haiti e, conforme foi observado por Carbonieri, esse tipo de romance questiona a colonialidade onde se estabelece a narrativa e a própria literatura.

Além desses apontamentos, nota-se que a autora retrata as desigualdades entre os gêneros masculino e feminino ao representar a relação de poder entre empregador e empregada doméstica e os desdobramentos dessa relação hierárquica. Na narrativa *Di mwen, Tell me* (Digame), a personagem Louise George, em seu programa de rádio, encoraja a população, sobretudo as mulheres, a denunciar os crimes e as injustiças acontecidas em Ville Rose. Nesse capítulo, conhecemos a história de Flore Voltaire, uma jovem que foi abusada sexualmente em seu ambiente de trabalho, evidenciando, assim, as relações de colonialidade nos espaços particulares:

Ela fechou os olhos e tentou fingir que ele não estava lá. Em seguida, ela abriu os olhos de novo e olhou ao redor, seu olhar direcionado sobre a lanterna iluminando seu rosto branco, vago. Debaxo de seu casaco de barbear, ele estava nu. A princípio, ela pensou que ele estava dormindo, com sonambulismo, sonhando em seus pés. Ou que ela estivesse (sonâmbula). Ela estava com muito medo de falar. Os relâmpagos e trovões pareciam não o incomodar, e ele moveu seu rosto para o dela até que o corpo dela ficou preso debaixo do dele sobre a cama (DANTICAT, 2014, p. 168, tradução nossa).⁶

5 Cité Pendue - twenty-eight miles from Port-au-Prince and eight miles from the center of Ville - was actually only a midlevel slum. After all, it had few Protestant churches, many Vodou temples, some restaurants and bakeries.

6 She closed her eyes and tried to pretend he wasn't there. Then she opened her eyes again and looked around, her gaze settling on the flashlight illuminating his blank, vacant face. Underneath his shave coat, he was naked. At first she thought he was asleep, sleepwalking, dreaming on his feet. Or that she was. She was too frightened to speak. The lightning and thunder did not seem to trouble him, and he moved his face toward hers until her body was pinned beneath his on the bed.

O trecho descreve a cena da agressão contra a personagem Flore, crime que foi mantido em segredo por dez anos, até que Louise George a convenceu a revelar publicamente, no programa de rádio, que Max Ardin Senior, pai do agressor, pagou a quantia de 2 mil dólares americanos para que ela não revelasse a agressão propriamente dita e paternidade da criança que foi gerada em decorrência desse ato. Conforme vimos, o personagem Max Junior se apropria do corpo de Flore Voltaire para satisfazer seus desejos, estabelecendo uma relação de dominação, de posse. Entendemos que, além de tratar de velhas questões de domínio do colonialismo, a autora retrata um problema que muitas mulheres lidam no dia-dia nos lares em que realizam o trabalho doméstico.

A narrativa *Di mwen* funciona como um espaço de denúncia não somente de crimes, mas também das injustiças sofridas por essas mulheres. O programa de rádio, no estilo *talk show*, criado por Louise George, portanto, foi o meio de comunicação pelo qual Flore pôde contar sua história e, assim, denunciar o crime que sofreu. A personagem Flore não se silencia por dez anos pelo fato de ter recebido a quantia de dez dólares americanos, ou por inércia, mas por acreditar que a denúncia não teria resultado, pois Max Junior era um jovem influente, pertencente a uma família que detinha o poder político, social e econômico:

Por que você voltou lá depois de algo assim ter sido feito para você? [...] Por que você voltaria lá?" Louise insistiu. [...] "Não podia perder meu emprego". "Essas são as únicas escolhas que você teve?" Louise perguntou a ela. "Você não poderia ter ido ao comissariado e apresentado uma denúncia? [...] "Diga-me, quantos na minha situação conseguem justiça?" (DANTICAT, 2013, pp. 175-176, tradução nossa).⁷

A narrativa, portanto, torna-se o espaço de questionamento de relações de desigualdades entre os gêneros masculino e feminino, bem como de relações de poder entre empregada doméstica e empregador que ao nosso ver são relações de colonialidade nos espaços particulares.

Os exemplos supracitados procuraram demonstrar as relações de colonialidade internas do Haiti, todavia, não podemos deixar de falar que, após uma leitura mais cuidadosa, podemos enxergar a representação da colonialidade do poder que aparece em nível interestadual na narrativa. Em nossa análise, observamos que a personagem Claire parece ser a personificação da nação do Haiti, país mais pobre do hemisfério ocidental, recorrentemente sujeito a intervenções externas de outros países mais desenvolvidos, representados na narrativa pela figura de Madame Gaëlle.

Considerações finais

Partindo do ponto de vista de teorias da pós-colonialidade e da decolonialidade, nossa breve análise do romance *Claire of the sea light*, procurou demonstrar a continuidade das relações de colonialidade na sociedade do Haiti. Nossa abordagem possibilitou enxergar as diferentes formas de dominação e controle que persistem nos dias atuais no país. Defendemos a ideia de que o estudo desse romance é uma proposta descolonizada para as aulas de literaturas de língua inglesa, por questionar hierarquias ainda tão presentes em nações que passaram pela experiência colonial, funcionando como contradiscursos de conceitos e valores eurocêtricos da literatura de países hegemônicos.

Conforme foi mostrado, as desigualdades de raças, classes e gêneros tais como foram abordadas, colocam em xeque estruturas organizacionais cristalizadas nas sociedades e estimulam discussões dentro e fora da sala de aula. Ademais, a representação da personagem Claire como a personificação da nação mostrada na análise evidencia a colonialidade do poder em nível interestadual, com as constantes intervenções externas no país, nos fazendo entender que o Haiti é um Estado independente de sociedade colonial. Fato que necessita ser revisado e problematizado dada a história de luta e resistência do país que enaltece o legado da população negra ao redor do

7 "Why would you go back there after something like this had been done to you? [...] Why would you go back?" Louise insisted. [...] "I could not lose my job." "Are those the only choices you had?" Louise asked her. "Couldn't you have gone to the commissariat and filed a complaint? [...] "Tell me, how many in my situation get justice?"

mundo.

Ainda, é importante enfatizar que a literatura e a crítica literária de autores africanos e afrodescendentes são pouco lidas e estudadas no Brasil e entendemos que a preterição desses autores dificulta ainda mais a instituição da lei nº 10.639. Sendo assim, este trabalho se reúne às vozes dissidentes que clamam pela descolonização de epistemologias canônicas e defende a noção de que o estudo do romance, além de problematizar diferentes maneiras de hierarquizações, retrata a experiência de parte da população negra do Caribe, contribuindo com a implementação da lei.

Referências

ANDRADE, Everaldo. O. **A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 20, p. 173-196, Jan/Jun., 2016. <http://revista.anphlac.org.br>.

CARBONIERI, Divanize. **Graceland e Cidade de Deus: subvertendo a colonialidade nas favelas de Lagos e Rio de Janeiro**. *Mulemba*, v.13, p. 62-83, Rio de Janeiro, 2015.

CARBONIERI, Divanize. Descolonizando o ensino de literaturas de língua inglesa. In: JESUS, Dánie, CARBONIERI, Divanize (orgs). **Práticas de multiletramentos e letramento crítico: outros sentidos para a sala de aula de línguas**. Campinas, SP. Pontes Editora, 2016.

CRUZ, Décio Torres. **Literatura (pós-colonial) caribenha de língua inglesa**. Salvador: EDUFBA, 2016.

DANTICAT, Edwidge. **Claire of the sea light**. Quercus Editions Ltd, Great Britain /London, 2014 (2013).

FIGUEIREDO, Eurídice. **Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

GROSGUÉL Ramón. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. **Transmodernity: Journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world**, 1(1), 2011, 1-37.

JESUS, Rodrigo Ednilson de & GOMES, Nilma Lino. Panorama de implementação da lei nº 10.639/2003: contribuições da pesquisa “práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola”. In: SILVA, T. D. & GOES, F. L. **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. IPEA, Rio de Janeiro, 2013.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Trad. Silvia Jawerbaum y Julieta Santana. Barcelona, España: Editorial Gedisa, S. A. 2007 (2005).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, GLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005, pp. 107-130.

SANTOS, Jeane de Cássia Nascimento. Lei nº 10. 639: ensino, pesquisa e extensão. In: CHAGAS, Sílvia Núbia (org.). **Nas fronteiras da linguagem: língua, literatura e cultura**. EDUFBA, Salvador, 2017.

SANTOS, Kátia. **Negras experiências urbanas: as escritas ativas de Alice Walker e Edwidge Danticat**.

Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC Têxtil, Interações, Convergências. 13 a 17 de julho de 2008, USP – São Paulo, Brasil.

Recebido em 10 de janeiro de 2018.
Aceito em 15 de fevereiro de 2018.